

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008366-06.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **Rosana de Cássia Machado Galdino**
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda. e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

ROSANA DE CÁSSIA MACHADO ajuizou a presente Ação de RESCISÃO CONTRATUAL E RESTITUIÇÃO DE VALORES em face de **NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA, AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, ADHMAR BENETTON JÚNIOR, GONÇALO AGRA DE FREITAS e LUIZ HAROLDO BENETTON** (sócios e administradores da Agraben e Novamoto) todos devidamente qualificados.

Aduziu o autor, em síntese, que em 21/02/2014 celebrou no estabelecimento da empresa NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA contrato de adesão para aquisição de uma motocicleta; chegou a pagar 24 parcelas do contrato, totalizando a importância de R\$ 3.047,79; foi surpreendida com a notícia de que a corré AGRABEN entrou em liquidação extrajudicial pelo Banco Central. Pediu a rescisão do contrato, a devolução do valor pago, a declaração de nulidade das cláusulas abusivas e a desconsideração da personalidade jurídica dos sócios Adhmar, Gonçalo e Luiz Haroldo.

A inicial veio instruída com os documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Devidamente citada, a correquerida AGRABEN apresentou defesa às fls. 72 ss sustentando preliminar de falta de interesse de agir. No mérito, argumentou que a restituição dos valores pagos deve se dar nos moldes do contrato; que não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de taxa de administração, fundo comum do grupo, multa, juros e seguro de vida, vez que sua cobrança é assegurada por lei e que em sendo devido algum valor, o autor deverá declarar/habilitar seu crédito na liquidação extrajudicial (dela ré). No mais, rebateu a inicial, pediu os benefícios da justiça gratuita e a improcedência da ação.

Citada, a correquerida NOVAMOTO e os sócios ADHMAR BENETTON JÚNIOR, GONÇALO e LUIZ HAROLDO BENETTON contestaram às fls. 95 e ss. ADHMAR, GONÇALO e LUIZ HAROLDO sustentam sua ilegitimidade passiva, uma vez que somente podem ser responsabilizados após a desconsideração da personalidade jurídica por determinação judicial. A NOVAMOTO também se bate pelo reconhecimento de sua ilegitimidade. No mérito, pontuaram que não são responsáveis pela administração do grupo de consórcio e que após o encerramento da recuperação os consorciados receberão seus créditos. Finalizaram com pedido de improcedência da presente demanda.

Sobreveio réplica às fls. 128/132.

As partes foram instadas a produzir provas (fls. 138); a Agraben preferiu o silêncio (fls. 144); os demais requeridos e a autora pediram o julgamento no estado (fls. 142 e 143).

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a lide, por entender completa a cognição.

Não falta ao autor interesse de agir, que é consubstanciado no trinômio necessidade-utilidade-adequação.

1008366-06.2016.8.26.0566 - lauda 2

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Utilidade significa que o processo deve trazer proveito para o autor; adequação, a correspondência entre o meio processual e a tutela jurisdicional pretendida; necessidade, por sua vez, consiste na demonstração de que a atuação do Estado é imprescindível para a satisfação da pretensão.

Estando o autor a pleitear a restituição dos valores pagos e diante do expressamente consignado nas contestações, é evidente seu interesse na via eleita.

Já as preliminares de ilegitimidade passiva da corrê NOVAMOTO e das pessoas físicas, merecem acolhida, ficando, nesse ponto revisto anterior posicionamento que este julgador adotava.

É que a relação jurídica, o contrato de consórcio, foi firmado apenas entre o autor e a Agraben (cf. fls. 11 e ss).

Mesmo que a venda tinha sido implementada nas dependências da NOVAMOTO e que esta atuasse em parceria com a outra empresa, é importante ressaltar que tal se dava, apenas no que diz respeito a captação do cliente e compra e venda dos ciclomotores sem qualquer relação com a atividade do consórcio implementado pela AGRABEN.

Quando muito o liame entre os postulados poderia surgir no ato de entrega do ciclomotor ao consorciado agraciado.

Ocorre que no caso, o que a autora busca é o desfazimento do contrato de consórcio e restituição daquilo que pagou, obviamente a Agraben.

Nesse sentido vem decidindo o Colégio Recursal local e o TJSP podendo ser citados, como exemplos os Recursos 0002559-22.2016



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(do 1º Sodalício) e as Apelações 0056148-74.2008, 20ª Câmara de Direito Privado e 9055377-06.2009, 2ª Câmara Ext. de Direito Privado (do Segundo).

Da mesma forma, também não devem compor o polo passivo os sócios administradores.

As negociações foram feitas com as pessoas jurídicas, que têm existência própria, distinta de seus integrantes.

Caso, no momento oportuno, fiquem tipificados motivos para o procedimento de desconsideração da personalidade jurídica das empresas a autora poderá se valer de tal mecanismo.

Passo à análise do mérito, agora com relação a AGRABEN.

Com base nos enunciados 51, FONAJE e 22, FOJESP, nada impede que a lide siga para que seja constituído título judicial apto a oportuna habilitação de crédito na Liquidação Extrajudicial.

Restou incontroversa nos autos a contratação do consórcio, a quitação de boa parte das parcelas e a não concretização da avença em razão da decretação de liquidação extrajudicial da correquerida AGRABEN.

Assim, a pretensão da autora tem amparo no disposto no artigo 475, do CC que prevê que “a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato”.

Só isso já basta para proclamar a rescisão contratual e determinar a restituição à autora dos valores pagos, sem que a administradora possa reter qualquer montante a título de taxa de administração ou outros consectários, já que a resolução da avença decorre de culpa exclusiva sua,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

enquanto administradora do consórcio.

Ademais, a documentação apresentada nos autos limita-se a apontar a suspensão dos grupos de consórcio, sem informação clara aos consorciados. O direito à informação clara ao consumidor, na situação delineada, foi olvidado. Assim, esta ação judicial apresenta-se como necessária e adequada para que o autor consiga obter seu direito à entrega do bem ou restituição dos valores.

A possibilidade de restituição, pela habilitação, não apresentada de forma clara ao consumidor não há de servir de empecilho, portanto, ao manejo desta ação judicial.

Como decorrência da rescisão da avença, a restituição de valores há de ser integral. Isso porque a extinção da relação jurídica decorre de culpa exclusiva da acionada, não justificando a retenção de qualquer valor.

Ao contrário daquelas hipóteses em que o grupo de consórcio está em andamento, e a desistência decorre de mera opção do consorciado, no caso dos autos o desfazimento da avença dá-se por culpa da administradora. Frustrada a expectativa do consorciado, os valores devem ser integralmente restituídos.

A pretendida exclusão dos juros de mora também não prospera, já que o artigo 18, alínea "d" da Lei 6.024/74 não impede a incidência de juros, mas a condiciona a sua quitação à existência de ativo suficiente para pagamento do passivo.

Por fim, não há como deferir à requerida AGRABEN os benefícios da justiça gratuita, já que a concessão da benesse fica condicionada à efetiva demonstração da hipossuficiência e nada foi trazido a respeito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO O FEITO** em relação a correqueira **NOVAMOTO** e em relação aos sócios administradores (**GONÇALO AGRA DE FREITAS, LUIZ HAROLDO BENETTON e ADHMAR BENETTON JUNIOR**) e o faço fundamentado no art. 485, VI (ilegitimidade passiva).

Por outro lado, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial em relação à corrê **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, que deverá **RESTITUIR À AUTORA**, ROSANA DE CASSIA MACHADO, os valores desembolsados, com correção a contar dos respectivos pagamentos e juros de mora à taxa legal a partir da citação, o que deverá ser apurado por simples cálculo na fase oportuna.

Autora e AGRABEN suportarão as custas do processo, rateadas na proporção de 50% para cada um.

A autora fica condenado a pagar os honorários advocatícios ao patrono da correqueira NOVAMOTO e sócios administradores, que fixo em R\$ 880,00; a corrê AGRABEN deverá pagar honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, igualmente, em R\$ 880,00.

Em relação à autora deverá ser observado o art. 98, parágrafo 3º, do CPC.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 a 525, do CPC.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 26 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**